



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
14º EXAME DE SELEÇÃO AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 16.07.2023

1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

1 – Discorra sobre o conceito de *lei ainda constitucional* ou *lei a caminho da inconstitucionalidade*. (50 pontos)

2 – O Estado X busca desenvolver um programa de incentivo à instalação de empresas de tecnologia em seu território. Para tanto, pretende desapropriar imóveis privados, hoje ocupados por moradias populares, a fim de construir um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Ocorre, porém, que a área que o Estado pretende desapropriar é qualificada pelo zoneamento urbano realizado pelo respectivo Município Y como destinada a habitações de interesse social. Diante do caso narrado, responda:

- Qual a diferença entre competências constitucionais exclusivas e comuns? (15 pontos)
- Em que medida os conceitos do item anterior se aplicam ao caso apresentado? (15 pontos)
- O Estado poderá desapropriar os imóveis em questão? (20 pontos)

2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

1 – Discorra sobre a possibilidade de delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta (50 pontos).

2 – Em uma perseguição policial, a viatura dirigida por policial militar se choca com o veículo de um particular, causando-lhe danos. Considere-se, ainda, que foi apurado em âmbito administrativo que o policial atuou de modo adequado e proporcional, e que a colisão não poderia ter sido razoavelmente evitada. Nesse cenário, discorra sobre a responsabilização civil do Estado e do agente público, inclusive sob a ótica do eventual cabimento de ação de responsabilidade civil do particular lesado diretamente em face do agente público. (50 pontos)

3 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 – Conceitue e diferencie as tutelas de urgência e da evidência (50 pontos)

2 – Em 14/07/2023, a Associação de Servidores CFS impetrou, em uma das Varas de Fazenda Pública, mandado de segurança contra ato praticado por Secretário de Estado em 23/01/2023, por meio do qual indeferiu a imediata implantação de reajuste salarial, bem como o pagamento de parcelas pretéritas. Contudo, deixou de acostar a cópia do referido ato. Na qualidade de Procurador do Estado, apresente as questões preliminares e/ou prejudiciais possíveis. (50 pontos)

4 – DIREITO TRIBUTÁRIO

1 – Pode o Poder Legislativo delegar ao Poder Executivo a alteração da alíquota de ICMS? Fundamente sua resposta (50 pontos)

2 – Discorra sobre a necessidade de observância do princípio da anterioridade no caso de revogação de isenção. (50 pontos)